

EDITAL Nº 76 /2020

--- Luís Manuel Abreu de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, torna públicas, de acordo com as disposições do art.º 56º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Azambuja, realizada no dia 8 de setembro. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----EXPEDIENTE-----

---1. Proposta 72/P/2020 – “Empreitada E27-2020” – Lista de Erros e Omissões e Prorrogação de Prazo

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que: -----

--- *Por deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião de 19 de maio de 2020, que aprovou a Proposta n.º 32/P/2020 - Anexo 1, foi autorizada a abertura de procedimento de concurso público, sem publicação de anúncio no JOUE, com vista à celebração de um contrato de empreitada de obras públicas para a Requalificação e Refuncionalização dos Espaços Interiores do Edifício da Divisão de Urbanismo e Unidade de Atendimento da Azambuja, bem como a despesa inerente, no valor de 1.055.000,00 € (um milhão e cinquenta e cinco mil euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias; -----*

--- *Na referida deliberação foram ainda aprovados as respetivas peças, o programa de concurso e o caderno de encargos, e designado o Júri do procedimento; -----*

--- *O prazo para apresentação das propostas teve início no dia 5 de agosto de 2020; -----*

--- *No primeiro terço do prazo para apresentação de propostas foi apresentada uma lista de erros e omissões pelo interessado Teixeira Pinto & Soares, S.A., conforme consta da ata do Júri do procedimento, datada de 31 de agosto de 2020 - Anexo 2; -----*

--- *Em resultado da análise da lista de erros e omissões, o Júri entendeu ainda propor para aprovação da Câmara Municipal (órgão competente para a decisão de contratar), a pronúncia sobre a lista de erros e omissões, conforme consta daquela Ata; -----*

--- *Se mostrou necessário submeter a lista de erros e omissões para análise do projetista e que não foi possível uma pronúncia sobre a mesma dentro do prazo legalmente definido (até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas); -----*

--- *Estava iminente o término do prazo fixado para a entrega das propostas, sem que fosse possível dar resposta cabal ao pedido submetido – que implicou uma reanálise das peças do procedimento –, entendeu-se necessário suspender o procedimento em curso, mediante comunicação na respetiva plataforma eletrónica, com a menção sumária do motivo; -----*

--- *É necessário prorrogar o prazo para apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, passando a data limite para a entrega das propostas para as 23h59m do 16.º dia posterior ao do envio do anúncio para publicação no Diário da República, nos termos dos artigos 64.º e 135.º do CCP. -----*

--- *Conforme dispõem a alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º e o n.º 4 do artigo 64.º do CCP, a pronúncia sobre erros e omissões e a decisão de prorrogação do prazo cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, que é, neste caso em concreto, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 36.º do CCP conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, por lhe estar atribuída, atendendo ao respetivo valor, a competência para autorização da despesa; -----*

--- *Proponho que a Câmara Municipal, tendo em consideração o teor da deliberação do júri do procedimento, constante da ata de 31 de agosto de 2020, em anexo, delibere: -----*

--- *Pronunciar-se sobre as listas de erros e omissões nos termos vertidos no Anexo 1 à Ata – Listas de Erros e Omissões; -----*

--- *Prorrogar do prazo para apresentação das propostas, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 64.º do CCP, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações, passando a data limite para a entrega das propostas para as 23h59m do 16.º dia posterior ao do envio do anúncio para publicação no Diário da República, nos termos dos artigos 64.º e 135.º do CCP, uma vez que as retificações e esclarecimentos serão comunicados para além do prazo estabelecido para a apresentação das propostas.” -----*

--- Uma vez posta a votação a Proposta 72/P/2020 foi aprovada com quatro votos a favor (PS) e três abstenções (PSD e CDU). -----

---2. Proposta 74/P/2020 – Projeto de Regulamento HUBS LISBON -----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que : -----

--- foi aprovada, na reunião de Câmara de 11 de fevereiro de 2020 (Proposta n.º 07/P/2020), a abertura do procedimento administrativo tendente à elaboração do projeto de Regulamento do HUBSLISBONAZAMBUJA, bem como a respetiva publicitação, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; -----

--- decorrido o prazo para a constituição como interessados e apresentação de contributos para a elaboração do referido regulamento, sem que tenha existido qualquer participação procedimental, procedeu-se à elaboração do projeto de Regulamento do HUBSLISBONAZAMBUJA, o qual se anexa; -----

--- compete à Câmara Municipal de Azambuja, nos termos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborar os projetos de regulamentos e submeter os mesmos a consulta pública; -----

--- o projeto de Regulamento do HUBSLISBONAZAMBUJA será submetido a consulta pública, para recolha de sugestões, sendo, para o efeito, publicado o competente aviso na 2ª série do Diário da República, e publicado na Internet, (no sítio institucional da Câmara Municipal de Azambuja), na Unidade de Atendimento ao Público e nas Juntas de Freguesia do Concelho, com a visibilidade adequada à sua compreensão; -----

---os interessados devem dirigir, por escrito, as suas sugestões à Câmara Municipal, órgão com competência regulamentar, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento. -----

--- Proponho que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das competências supramencionadas, submeter a consulta pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o PROJETO DE REGULAMENTO DO HUBSLISBONAZAMBUJA, que se anexa. -----

--- PROJETO DE REGULAMENTO DO HUBSLISBONAZAMBUJA -----

--- Preâmbulo -----

--- A Câmara Municipal de Azambuja, no âmbito das atribuições previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na versão atual), que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, apoia e promove o desenvolvimento de atividades de interesse municipal, incluindo as de natureza económica, visando fomentar a criação de empresas inovadoras relevantes para o Concelho, bem como dinamizar a economia local. -----

--- Constitui, pois, um importante desiderato do Município de Azambuja fomentar o surgimento de novas empresas e de novos empreendedores, dando preferência àqueles que apostem nas áreas dos serviços criativos e inovadores, de modo a gerar desenvolvimento económico, social e tecnológico, permitindo elevar o nível de empreendedorismo local. -----

--- O HUBSLISBONAZAMBUJA consiste num projeto que visa essencialmente apoiar novas empresas, proporcionando condições logísticas favoráveis à sua instalação, com vista à modernização e diversificação do tecido empresarial e à criação de emprego estável e qualificado, sendo expectável um impacto significativo na área do Município, não só ao nível do desenvolvimento económico, mas também da coesão e competitividade regional. -----

--- O HUBSLISBONAZAMBUJA afirma-se, pois, como um centro de criação e partilha de tecnologia e conhecimento, e tem por missão a dinamização da atividade económica através do apoio à constituição, instalação e desenvolvimento de empresas na sua fase embrionária e de arranque e consolidação de micro e pequenas empresas, proporcionando-lhes condições físicas para o seu crescimento e reafirmação no território. -----

--- Capítulo I -----

Disposições gerais -----

--- Secção I -----

--- Do objeto -----

--- Artigo 1.º -----

--- Objeto -----



- Constituem-se como objetivos do HUBSLISBONAZAMBUJA: -----
- a. Desenvolver a transferência de conhecimento para que as empresas aumentem a sua assinatura digital na rede e a sua competitividade e representatividade nos mercados nacional e internacional; -----
- b. Fomentar o empreendedorismo na região; -----
- c. Fixar quadros na região, nomeadamente através da criação do autoemprego; -----
- d. Incentivar e apoiar a criação de empresas, principalmente de carácter inovador; -----
- e. Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do concelho de Azambuja. -----
- Artigo 2.º -----
- Finalidade -----
- 1. -----
- O HUBSLISBONAZAMBUJA tem por finalidade apoiar empreendedores e empresas no processo de desenvolvimento sustentado de ideias de negócio e contribuir para o desenvolvimento e rejuvenescimento do tecido empresarial do Município de Azambuja através do apoio à instalação de novas empresas, dando-lhes condições técnicas e físicas, bem como o acesso privilegiado a um conjunto de entidades parceiras, proporcionando a sua inserção num contexto empresarial. -----
- 2. Constitui, de igual modo, finalidade do HUBSLISBONAZAMBUJA a promoção da interação – mediante o estabelecimento de parcerias/protocolos - entre o meio empresarial e instituições de ensino, de investigação e de desenvolvimento, com vista a usufruir de vantagens, sinergias e complementaridade. --
- Artigo 3.º -----
- Âmbito -----
- O HUBSLISBONAZAMBUJA acolhe empresas e empreendedores que se apresentem com ideias de negócio inovadoras e acrescentem valor ao tecido empresarial local, nas seguintes modalidades: -----
- f. Pré-incubação (até 6 meses), que consiste na fase de concretização da ideia no desenvolvimento de um negócio para a criação de empresa; -----
- g. Incubação (até 12 meses), que consiste na conceção do produto e/ou serviço, para implementação no mercado; -----
- h. Incubação virtual (até 3 anos), que inclui domiciliação; -----
- i. Desenvolvimento Empresarial (até 2 anos), fase de crescimento da empresa. -----
- Artigo 4.º -----
- Definições -----
- No âmbito do presente Regulamento entende-se por: -----
- j. Entidade gestora: o projeto HUBSLISBONAZAMBUJA é gerido pelo Presidente da Câmara Municipal ou em quem ele delegar; -----
- k. Equipa de Gestão: Gabinete de Apoio à Estratégia e Investimento; -----
- l. Incubadora de Empresas: projeto do Município de Azambuja que visa fomentar a criação ou o desenvolvimento de pequenas empresas ou microempresas, apoiando-as nas primeiras etapas da sua existência, desde que se constituam ou passem a ter domicílio fiscal na área geográfica do Município de Azambuja; -----
- m. Incubadora Virtual: modalidade aplicável a todas as pessoas singulares ou coletivas que, tendo ou não, domicílio fiscal na área do Município de Azambuja, pretendam usufruir dos serviços disponibilizados, com exceção do uso e fruição dos espaços; -----
- n. Desenvolvimento Empresarial: modalidade aplicável a todas as pessoas singulares ou coletivas que, tendo ou não domicílio fiscal na área do Município de Azambuja, requeiram a cedência de um espaço que os serviços pré-avaliem merecedor de acolhimento temporário, mediante solicitação do interessado. Este acolhimento terá período não superior a 180 dias e depende de disponibilidade nas instalações. -----
- o. Empreendedorismo: iniciativa que visa criar empresas ou produtos/serviços novos, acrescentando valor, identificando oportunidades e transformando-as em negócios; -----
- p. Empreendedorismo jovem: iniciativas, que abrangendo a definição anterior, são apresentadas por pessoas com idades compreendidas entre os 16 e 35 anos de idade; -----
- q. Startups: empresas jovens e inovadoras em qualquer área ou ramo de atividade, que procuram desenvolver um modelo de negócio sustentado; -----
- r. Desenvolvimento sustentado: assenta essencialmente no equilíbrio entre crescimento económico, equidade social e proteção do ambiente. -----
- Artigo 5.º -----
- Destinatários -----

--- 1. O HUBSLISBONAZAMBUJA tem como destinatários pessoas singulares ou coletivas, com perfil de empreendedor, empenhados em encontrar as infraestruturas necessárias para criar e gerir as suas startups. -----

--- 2. O HUBSLISBONAZAMBUJA poderá contemplar espaços especialmente destinados a projetos resultantes de programas municipais cuja finalidade seja o empreendedorismo jovem, de pessoas com deficiência, ou que tenham como alvo o setor social ou outras iniciativas de relevo para o município. -----

--- Artigo 6.º -----

--- Prazo de permanência -----

--- 1. O prazo de permanência no HUBSLISBONAZAMBUJA, com exceção da pré-incubação, é de um ano, renovável anualmente, até ao limite de 3 anos. -----

--- 2. A renovação anual fica dependente da apresentação de: -----

--- n.º a. Prova de cumprimento das obrigações fiscais e da segurança social; -----

--- b. Informação anual de evolução do projeto empresarial. -----

--- Secção II -----

--- Das instalações -----

--- Artigo 7.º -----

--- Localização -----

--- O HUBSLISBONAZAMBUJA situa-se no Largo do Esteiro, n.º 6, 2050-261 Azambuja. -----

--- Artigo 8.º -----

Horário de funcionamento do Apoio Administrativo

--- 1. os serviços de apoio administrativo a que se refere o artigo 13.º do presente regulamento são prestados pela entidade gestora de segunda a sexta-feira das 9:00 h às 12:30 h e das 14:00 h às 17:30 h. -----

--- 2. Compete a cada incubado informar a entidade gestora do horário de funcionamento da sua atividade. -----

--- 3. É disponibilizada uma cópia das chaves de acesso às instalações do HUBSLISBONAZAMBUJA a cada um dos incubados, o qual só poderá fazer uma duplicação da mesma, ficando obrigado a informar a entidade gestora do(s) nome(s) dos colaborador(es) possuidores do duplicado da mesma e garantindo que o mesmo não seja objeto de duplicação. -----

--- 4. O acesso às instalações do HUBSLISBONAZAMBUJA fora do horário definido no número 1 do presente artigo, deve ser feito no estrito respeito das normas de segurança e mediante uma correta utilização dos sistemas de controlo de acesso e de alarme, nomeadamente não disponibilizando o código de acesso a terceiros. -----

--- Artigo 9.º -----

--- Caracterização dos espaços -----

--- 1. O HUBSLISBONAZAMBUJA dispõe dos seguintes espaços: -----

--- a. Espaços Individuais ou de co-work com áreas diferentes; -----

--- b. Área de receção; -----

--- c. Sala de reuniões / sala de formação; -----

--- d. Copa; -----

--- e. Áreas de convívio. -----

--- 2. Os espaços elencados nas alíneas b), d) e e) do número anterior constituem espaços de uso e fruição comuns. -----

--- Artigo 10.º -----

--- Atribuição dos espaços -----

--- 1. A atribuição de espaços aos projetos empresariais deverá ter em consideração o número de postos de trabalho criados ou a criar e a atividade desenvolvida, sendo a escolha do espaço da inteira responsabilidade da entidade gestora, atendendo aos espaços disponíveis no momento. -----

--- 2. A cada projeto selecionado não pode ser cedido mais do que um espaço. -----

--- 3. Para efeitos do previsto no número 2 do artigo 5.º do presente Regulamento, e desde que os projetos apresentados se enquadrem no espírito do mesmo, poderão ser cedidos espaços na HUBSLISBONAZAMBUJA mediante aprovação da Câmara Municipal de Azambuja. -----

--- Artigo 11.º -----

--- Uso e fruição do espaço -----

--- 1. A gestão dos espaços individuais é da inteira responsabilidade dos respetivos empreendedores, bem como a sua manutenção e bom estado de utilização. -----

--- 2. A empresa instalada na HUBSLISBONAZAMBUJA é responsável pela aquisição dos equipamentos, materiais e matérias-primas necessárias à execução da sua atividade. -----

--- 3. É expressamente proibida a realização de quaisquer benfeitorias ou alteração nas instalações, nomeadamente, a realização de pinturas ou colocação de elementos fixos sem autorização expressa da entidade gestora. -----

--- Artigo 12.º -----

--- Atividades não autorizadas-----

--- Não é permitido o desenvolvimento da atividade de restauração e bebidas nas instalações do HUBSLISBONAZAMBUJA, nem de atividades que impliquem o manuseamento de produtos considerados perigosos ou nocivos para a saúde. -----

--- Capítulo I -----

--- Serviços prestados pela entidade gestora-----

--- Secção I -----

--- Serviços disponibilizados-----

--- Artigo 13.º/ -----

--- Serviços -----

--- 1. A Incubadora de Empresas disponibiliza os seguintes serviços: -----

--- a. Gerais: o uso e fruição da sala de reuniões/formação, caixa de correio, limpeza do espaço comum e sistema de segurança; -----

--- b. Administrativos: receção e distribuição do correio, no horário normal de funcionamento do apoio administrativo. -----

--- 2. No âmbito da Incubadora Virtual são disponibilizados os seguintes serviços: -----

--- a. Gerais: domiciliação fiscal e caixa do correio; -----

--- b. Administrativos: receção do correio, no horário normal do apoio administrativo. -----

3. Os valores devidos por estes serviços encontram-se em anexo ao presente regulamento (Anexo I) -----

--- 4. A entidade gestora pode ceder a terceiros a utilização da sala de reuniões/formação, com prévia marcação, no horário previsto no número 1 do artigo 8.º do presente regulamento. -----

--- Artigo 14.º -----

--- Condições de utilização das instalações do HUBSLISBONAZAMBUJA-----

--- 1. A utilização das instalações/serviços do HUBSLISBONAZAMBUJA está sujeita ao processo de candidatura definido no Capítulo V e da celebração de contrato para o efeito. -----

--- 2. É vedada a realização de quaisquer obras nos espaços sem prévia autorização da entidade gestora. -----

--- 3. A utilização das infraestruturas e dos espaços contíguos às instalações do HUBSLISBONAZAMBUJA para eventos culturais, desportivos ou outros carece, sempre, de autorização do Senhor Presidente da Câmara ou de quem ele delegar. -----

--- Secção II -----

--- Do Contrato de utilização de espaço e prestação de serviços -----

--- Artigo 15.º -----

--- Do Contrato de utilização de espaço e prestação de serviços -----

--- 1. Nos termos do número 1 do artigo anterior é celebrado um contrato de utilização de espaço e prestação de serviços entre a Câmara Municipal de Azambuja e os empreendedores dos projetos selecionados, que possibilita o uso e fruição das instalações do HUBSLISBONAZAMBUJA, bem como o acesso aos serviços prestados pela entidade gestora, nos termos das condições estabelecidas. -----

--- 2. Do contrato a que se refere o número anterior, para além dos elementos essenciais, devem constar: -----

--- a. O preço pela utilização do espaço;-----

--- b. O prazo de incubação; -----

--- c. As penalizações em caso de incumprimentos; e -----

--- d. A remissão expressa para o cumprimento das disposições do presente Regulamento. -----

--- 3. Os candidatos selecionados que tenham sido notificados de que foi aceite a sua candidatura deverão, até 10 dias após esta notificação, confirmar o seu interesse na ocupação do espaço, sendo posteriormente notificados para a celebração do contrato. -----

--- Artigo 16.º -----

--- Direitos e obrigações resultantes da celebração do contrato de utilização de espaço e prestação de serviços -----



- 1. Os direitos e obrigações resultantes do contrato de utilização de espaço e prestação de serviços celebrado nos termos do artigo anterior serão definidos por contrato a celebrar entre as partes nos termos do presente Regulamento. -----
- 2. O preço devido pela cedência dos espaços inclui o uso dos espaços comuns, da sala de reuniões/formação e o benefício dos serviços gerais e administrativos, nos termos previstos no número 1 do artigo 13.º do presente Regulamento. -----
- Capítulo III-----
- Direitos e deveres das partes-----
- Secção I -----
- Da entidade gestora-----
- Artigo 17.º -----
- Deveres da entidade gestora -----
- A entidade gestora compromete-se a dar integral cumprimento às obrigações e deveres resultantes da celebração do contrato de utilização de espaço público e prestação de serviços celebrado. -----
- Artigo 18.º -----
- Dever de promoção -----
- A entidade gestora compromete-se a promover e divulgar pelos meios adequados o HUBSLISBONAZAMBUJA, junto da população da área do Município de Azambuja e do setor empresarial local e nacional. -----
- Artigo 19.º -----
- Isenção de responsabilidade-----
- A entidade gestora não é responsável, em qualquer circunstância, pelo incumprimento das obrigações fiscais, laborais, segurança social, comerciais e financeiras, que constituam encargo das empresas incubadas, perante o Estado, entidades públicas, fornecedores, colaboradores ou quaisquer terceiros. --
- Artigo 20.º -----
- Direitos de autor -----
- A entidade gestora compromete-se a não copiar ou reproduzir, total ou parcialmente, as peças dos projetos candidatados. -----
- Artigo 21.º -----
- Acordo de confidencialidade-----
- A entidade gestora compromete-se a conservar e a não utilizar as informações que lhe são fornecidas pelos empreendedores, no âmbito dos projetos a desenvolver na HUBSLISBONAZAMBUJA, com outros fins que não sejam a prossecução dos objetivos da candidatura. -----
- Secção II -----
- Dos empreendedores-----
- Artigo 22.º -----
- Benefícios dos empreendedores-----
- 1. As empresas incubadas, com domicílio fiscal no Município de Azambuja e volume de negócios que, no ano anterior que não ultrapasse os 150.000 €, gozam de isenção de derrama. -----
- 2. As empresas incubadas podem usufruir dos serviços prestados pela entidade gestora resultantes da celebração do contrato de utilização de espaço e prestação de serviços, nos termos do artigo 13.º do presente regulamento. -----
- Artigo 23.º -----
- Obrigações gerais dos empreendedores -----
- 1. Os empreendedores estão obrigados ao cumprimento de todas as disposições deste Regulamento, bem como das obrigações resultantes de contrato celebrado com a Câmara Municipal de Azambuja. ----
- 2. --- Os empreendedores deverão contratar um seguro de responsabilidade civil para a cobertura de eventuais danos provocados aos seus colaboradores ou a terceiros, decorrentes do exercício da sua atividade ou provocados pelos equipamentos instalados, de que sejam os proprietários. -----
- 3. Os empreendedores disponibilizam-se em participar ativamente nos eventos organizados pelo HUBSLISBONAZAMBUJA designadamente, em ações junto de investidores e outras entidades e em ações de divulgação do próprio HUBSLISBONAZAMBUJA. -----
- 4. Os empreendedores obrigam-se a diligenciar os melhores esforços para o desenvolvimento do projeto candidatado. -----



--- 5. Os empreendedores comprometem-se a fornecer informações para a divulgação e promoção da sua atividade e a participar ativamente nas ações de divulgação e promoção organizadas pela HUBSLISBONAZAMBUJA. -----

--- 6. Os empreendedores devem manter boas relações de convivência cívica e urbanidade, abstendo-se de adotar comportamentos que incomodem os restantes utilizadores, mantendo a disciplina dos seus colaboradores e dos seus clientes, bem como dar uso diligente e adequado às instalações comuns. -----

--- Artigo 24.º -----

--- Do uso das instalações -----

--- 1. Os empreendedores ficam obrigados a: -----

--- s. Manter uso diligente e adequado dos espaços cedidos para os fins destinados à sua atividade e das instalações comuns; -----

--- t. Garantir que os colaboradores e clientes não exerçam outras atividades que não as previstas no celebrado com o Município de Azambuja; -----

--- u. Respeitar as normas de higiene e segurança relevantes para as atividades desenvolvidas nas instalações; -----

--- v. Dar um uso eficiente ao consumo energético, da água e dos meios de comunicação colocados à disposição pela entidade gestora. -----

--- 2. É proibido fumar nas instalações da HUBSLISBONAZAMBUJA. -----

--- 3. Os empreendedores ao utilizarem a zona partilhada ficam responsáveis por mantê-la limpa e arrumada. -----

--- 4. É vedado aos empreendedores qualquer utilização dos espaços diversa da contratada, designadamente atendimento ao público em regime de permanência. -----

--- Capítulo IV -----

--- Cessação contratual -----

--- Artigo 25.º -----

--- Resolução contratual -----

--- 1. A relação contratual dos incubados com o Município de Azambuja cessa: -----

--- a. No termo dos prazos estabelecidos no artigo 6.º do presente Regulamento; -----

--- b. Em caso de desvio da atividade contratualizada; -----

--- c. Em caso de insolvência do sujeito, ou da empresa; -----

--- d. Por iniciativa do empreendedor, nos termos do nº 2; -----

--- e. Quando se verifique a recusa sistemática do empreendedor em participar ativamente nos eventos organizados pelo HUBSLISBONAZAMBUJA e o mesmo demonstre pouco interesse no desenvolvimento do seu projeto; -----

--- f. Caso o empreendedor incorra na situação de incumprimento prevista no artigo 26.º do presente Regulamento. -----

--- 2. Na situação prevista na alínea d) do número anterior, o empreendedor deve comunicar à Entidade Gestora, por escrito, a intenção de cessar a relação contratual, com antecedência mínima de 30 dias. -----

--- Artigo 26.º -----

--- Situações de incumprimento -----

--- 1. Os empreendedores entram em incumprimento quando se verifique: -----

--- a. Infração a qualquer cláusula contida no contrato de utilização de espaço e prestação de serviços; --

--- b. O não pagamento do preço devido pela utilização do espaço e prestação de serviço, nos termos fixados no contrato. -----

--- 2. O empreendedor que se encontre em situação de incumprimento, deve regularizar a situação, no prazo máximo de 15 dias, a contar da notificação da situação de incumprimento, sob pena de resolução do contrato. -----

--- Artigo 27.º -----

--- Suspensão temporária -----

--- 1. A suspensão temporária da atividade deverá ser comunicada à entidade gestora, com uma antecedência mínima de 15 dias, indicando os fundamentos e a duração prevista, a qual nunca poderá ser superior de 60 dias. -----

--- 2. A suspensão temporária da atividade não isenta o pagamento dos valores devidos resultantes da celebração do contrato. -----

--- Capítulo V -----



- Processo de candidatura-----
- Artigo 28.º -----
- Documentação-----
- 1. Os projetos candidatos devem estar acompanhados dos seguintes documentos: -----
- a. Formulário de candidatura (em anexo); -----
- b. Curriculum vitae do(s) empreendedor(es); -----
- c. Fotocópia da declaração de início de atividade; -----
- d. Certidões comprovativas da situação tributária regularizada perante a Segurança Social e as Finanças.
- 2. Tratando-se de empresas formalmente constituídas, deverão ser entregues, igualmente, cópias da declaração de início da atividade, da certidão de registo comercial e das certidões comprovativas da situação tributária regularizada perante a Segurança Social e as Finanças. -----
- 3. A candidatura deve ser acompanhada de declaração devidamente assinada, da qual deve constar: -
- a. O conhecimento e aceitação dos termos do Regulamento HUBSLISBONAZAMBUJA; -----
- b. A assunção da total responsabilidade do(s) candidatos(as) pelo projeto apresentado, abrangendo qualquer reclamação por direitos de propriedade intelectual, bem como por qualquer sanção legal resultante da prática de plágio. -----
- Artigo 29.º -----
- Candidaturas -----
- 1. A candidatura à Incubadora de Empresas efetua-se mediante a submissão do formulário eletrónico, cujo modelo consta do Anexo II ao presente Regulamento, no prazo que vier a ser fixado para o efeito. --
- 2. A entidade gestora assegurará a divulgação das disponibilidades do HUBSLISBONAZAMBUJA para acolhimento de novos projetos empresariais, na página eletrónica do Município de Azambuja (<https://www.cm-azambuja.pt/>) e do HUBSLISBONAZAMBUJA (<http://hubslisbon-azambuja.pt/pt/home/>), bem como através dos meios de comunicação e divulgação considerados adequados para a promoção do projeto HUBSLISBONAZAMBUJA. -----
- 3. Recebida a candidatura, a equipa de gestão do Projeto poderá promover uma reunião com o empreendedor para esclarecimento de eventuais dúvidas. -----
- Artigo 30.º -----
- Critérios de seleção-----
- 1. Na apreciação e classificação das candidaturas, serão tidos em conta os seguintes critérios de classificação e respetiva ponderação: -----

Critérios	Pré incubação	Incubação	Incubação Virtual	Desenvolvimento Empresarial
1. Viabilidade técnica, económica e financeira do projeto	20%	25%	30%	30%
2. Criatividade e Inovação do projeto	30%	30%	30%	20%
3. Geração de emprego	10%	20%	10%	25%
4. Contributo para a economia local e respetiva integração áreas estratégicas do Concelho	40%	25%	30%	25%

- 2. A classificação da candidatura será determinada pela soma ponderada das pontuações obtidas para cada um dos critérios referidos no ponto anterior, sendo: -----
- a. Viabilidade técnica, económica e financeira do projeto: avalia a viabilidade técnica, económica e financeira do projeto, valorizando a entrega de estudos comprovativos do mesmo, estudos de mercado e de outra informação que valorize o projeto. (a pontuar entre 0 e 100) -----
- a. Criatividade e Inovação do projeto: avalia a criatividade e inovação da atividade a desenvolver, tendo em linha de conta o contexto local/regional. Valoriza a existência de patentes ou outras formas de proteção de propriedade intelectual. (a pontuar entre 0 e 100) -----
- b. Geração de emprego: considera o número de postos de trabalho a criar, sendo a pontuação deste critério atribuída nos seguintes termos: -----
- 1 posto de trabalho criado: pontuação de 10 -----
- 2 postos de trabalho criados: pontuação de 50 -----
- 3 ou mais postos de trabalho criados: pontuação de 100 -----
- c. Contributo para a economia local e respetiva integração áreas estratégicas do Concelho: avalia o projeto em termos do seu contributo para a economia local e respetiva integração nas áreas estratégicas do Concelho. (a pontuar entre 0 e 100) -----



- 3. Serão excluídas as candidaturas que não obtenham a pontuação mínima de 50 pontos. -----
- Artigo 31.º -----
- Comissão de Avaliação -----
- 1. As candidaturas apresentadas serão avaliadas por uma Comissão de Avaliação, composta por três elementos, dois representantes da Câmara Municipal (um dos quais presidirá) e um representante de entidade pública ou privada, nomeados pela Câmara Municipal. -----
- 2. A Comissão de Avaliação fará a análise, avaliação e emissão de parecer técnico sobre as candidaturas apresentadas. -----
- Artigo 32.º -----
- Processo de decisão -----
- 1. Compete ao Presidente da Câmara Municipal homologar a proposta de decisão, de acordo com o Relatório de Avaliação. -----
- 2. Após homologação, a mesma será comunicada, no prazo máximo de cinco dias, por correio eletrónico ao(s) candidato(s). -----
- 3. Sempre que a decisão seja favorável, a comunicação deverá ser acompanhada de uma minuta do contrato a celebrar. -----
- Artigo 33.º -----
- Equipa de gestão -----
- A gestão do HUBSLISBONAZAMBUJA, bem como o seu acompanhamento e monitorização, é efetuada pelo Gabinete de Apoio à Estratégia e Investimento do Município. -----
- Capítulo V -----
- Disposições Finais -----
- Artigo 34.º -----
- Fiscalização -----
- A fiscalização do cumprimento das disposições do presente Regulamento compete à Entidade Gestora, devendo os incubados facultar o acesso aos espaços, sempre que solicitado. -----
- Artigo 35.º -----
- Contagem dos prazos -----
- Os prazos estabelecidos no presente regulamento contam-se de acordo com as regras previstas no Código de Procedimento Administrativo. -----
- Artigo 36.º -----
- Casos omissos -----
- Os casos omissos e as situações geradoras de dúvidas serão resolvidos por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, do qual deverá sempre ser dado conhecimento à Câmara Municipal. -----
- Artigo 37.º -----
- Entrada em vigor -----
- O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República. -----
- Uma vez posta a votação a Proposta 74/P/2020 foi aprovada por unanimidade. -----
- **3. Proposta Nº 73/ P/2020 - CIMLT – Manutenção de Extintores e Carretéis e Aquisição de Extintores** -----
- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----
- “Considerando: -----
- *que a Manutenção de Extintores e Carretéis e Aquisição de Extintores é fundamental para o funcionamento das Entidades Adjudicantes que integram a Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CCE-CIMLT); -----*
- *que está em causa uma necessidade pública para a qual as Entidades Adjudicantes interessadas não dispõem de recursos próprios para fazer face; -----*
- *o teor da Informação n.º 12/DAF/APROV/2020, datada de 01 de setembro, respeitante à necessidade de Manutenção de Extintores e Carretéis e Aquisição de Extintores. -----*
- Proponho que: -----
- *o Município de Azambuja apresente junto da CIMLT um pedido de contratação, nos termos e para os efeitos previstos na Cláusula 3.ª do Contrato de Mandato Administrativo celebrado entre o Município e a CIMLT, em 27 de maio de 2016, no sentido de que a Central de Compras Eletrónicas da CIMLT proceda, em sua representação, à tramitação do concurso público necessário e à celebração do Acordo Quadro para Manutenção de Extintores e Carretéis e Aquisição de Extintores; -----*



--- nos termos dos n. os 1 a 3 do artigo 44.º e dos artigos 46.º e 47.º, todos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), e do artigo 109.º do CCP, o Município: -----

--- autorize a abertura de procedimento de ajuste direto, a tramitar na sequência da celebração de Acordo Quadro para efeitos da realização do respetivo contrato de aquisição estabelecendo-se para efeitos deste procedimento de ajuste direto que sejam estabelecidos como preços unitários máximos os previstos no art.º 12º do Caderno de Encargos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;-----

--- aprove as peças de procedimento em anexo à Informação 12/DAF/APROV/2020;-----

--- delegue no Conselho Intermunicipal da CIMLT as competências referidas no ponto 6.º da referida Informação, as quais podem ser subdelegadas no Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT; -----

--- delegue no Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT as competências para proceder à outorga do Acordo Quadro, em nome e em representação do Município. -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 73/P/2020 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e duas abstenções (PSD). -----

---4. Proposta 75/P/2020 – Ratificação de Protocolos de Parceria - Formação Modular Certificada-----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que: -----

--- nos termos do Aviso Nº POISE-24-2020-08, medida 1.08, foram abertas candidaturas para cofinanciamento pelo Programa POISE, no âmbito da formação modular, para empregados e desempregados na Região Alentejo, em regime de formação à distância, na modalidade de Live Training e formação presencial; -----

--- ainda no âmbito da referida medida, são destinatários elegíveis os empregados – com especial enfoque nos que estão em risco de perda de emprego – e os desempregados que se encontram mais próximos do reingresso no mercado de trabalho – entendendo-se como tal, os desempregados de longa duração – em ambos os casos, quer da Administração Pública Central e Local, quer do setor empresarial e de outras organizações; -----

--- são objetivos da medida: potenciar a empregabilidade da população ativa, responder a necessidades de qualificação dos ativos empregados e reforçar a qualificação profissional dos ativos desempregados;

- a Significado – Consultoria, Formação e Informática, Lda. (doravante, apenas Significado) enquanto entidade formadora certificada é beneficiária elegível;-----

--- face às características da medida (designadamente, objetivos, beneficiários e destinatários), a Significado e o Município de Azambuja têm interesse mútuo em iniciar a sua parceria na área da Formação Modular Certificada para empregados e desempregados no âmbito de candidaturas cofinanciadas pelo Programa POISE, com base no diagnóstico prospetivo e numa amostra de necessidades de formação junto de entidades empregadoras locais e regionais, elaborado pela Significado para a Região Alentejo;

--- o prazo de submissão da candidatura terminou em 31 de agosto p.p., pelo que, por força do seu cumprimento, o protocolo de parceria foi celebrado no passado dia 26; -----

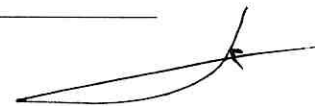
--- nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre a promoção de oferta de cursos de ensino e formação profissional, no âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; -----

--- nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal ratificar os atos da sua competência que sejam praticados pelo Presidente, por motivo de urgência; -----

--- Propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere ratificar a celebração do PROTOCOLO DE PARCERIA, na área da Formação Modular Certificada para empregados e desempregados no âmbito de candidaturas cofinanciadas pelo Programa POISE, celebrado em 26 de agosto, com a Significado – Consultoria, Formação e Informática, Lda., nos termos constantes do documento que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante. -----

--- Entre Significado e Município de Azambuja – Região Alentejo. -----

--- Considerando que, Significado – Consultoria, Formação e Informática, Lda. e o Município de Azambuja têm interesse mútuo em reforçar e/ou iniciar a sua parceria na área da Formação Modular Certificada para empregados e desempregados no âmbito de candidaturas cofinanciadas pelo Programa POISE, com base no diagnóstico prospetivo e numa amostra de necessidades de formação junto de entidades empregadoras locais e regionais, elaborado pela Significado para a Região Alentejo, é assinado por ambos os Outorgantes o protocolo seguidamente enunciado. -----



--- Entre, -----

--- Significado — Consultoria, Formação e Informática, Lda., com sede em Av. do Brasil, n.º 1, em Lisboa e delegações regionais, Pessoa Coletiva n.º 504939378, legalmente representada pela sua sócia gerente Conceição Canavilhas, seguidamente designada como 12 Outorgante, ou como Significado, LDA, -----

--- Município de Azambuja, com sede na Praça do Município, nº 19 2050-315 Azambuja, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 506 821 480, aqui representado por Luís Manuel Abreu de Sousa, na qualidade de Presidente da Câmara, seguidamente designado como 2º Outorgante, -----

--- é estabelecido o presente Protocolo de Parceria, que se regerá nos termos das cláusulas seguintes: ---

--- CLAÚSULA PRIMEIRA -----

--- (Objeto) -----

--- O presente Protocolo tem por finalidade: -----

--- Promover a formação modular para empregados e desempregados na Região Alentejo, em regime de formação a distância na modalidade de Live Training e formação presencial, no âmbito da candidatura de Formação Modular Certificada, Aviso NP POISE-24-2020-08, financiada pelo Programa POISE, da qual 0 12 Outorgante é a entidade beneficiária, visando:-----

--- a. Potenciar a empregabilidade da população ativa, designadamente dos desempregados e dos empregados, incluindo os que se encontram em risco de desemprego, através do aumento da sua adaptabilidade por via do desenvolvimento das competências requeridas pelo mercado de trabalho; -----

--- b. Responder a necessidades de qualificação dos ativos empregados, em contextos de mudança organizacional e processos de reestruturação, com vista a aumentar as competências e os níveis de qualificação dos mesmos, contribuindo para a manutenção do seu nível de emprego;-----

---c. Reforçar a qualificação profissional dos ativos desempregados, potenciando um regresso mais sustentado ao mercado de trabalho, através da participação em percursos de formação modular ajustados ao seu perfil e necessidades;-----

--- d. Concretizar as orientações da Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030, Portugal INCoDe.2030, as prioridades do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) e do Programa Reforçado de Apoios ao Emprego e à Formação Profissional (ATIVAR.PT). -----

--- CLAÚSULA SEGUNDA-----

--- (Rede de Cooperação Institucional da Significado da Região Alentejo) -----

--- 1. O 2º Outorgante compromete-se a integrar a Rede de Cooperação Institucional da Significado da Região Alentejo, constituída por entidades de Administração Pública Central, entidades da Administração Pública Local, empresas, outras entidades de âmbito local e regional e Centros Qualifica.-----

--- 2. As turmas serão constituídas por ativos empregados e desempregados provenientes das entidades da Rede de Cooperação Institucional da Significado da Região Alentejo e inscrições online no portal e redes sociais do 1º Outorgante, nomeadamente de ativos desempregados. -----

--- CLAÚSULA TERCEIRA -----

--- (Modalidade de formação) -----

--- As ações de formação serão realizadas prioritariamente em regime de formação a distância, na modalidade de Live Training, devido à pandemia do COVID-19 e, caso seja acordado com as entidades que integram a Rede de Cooperação Institucional da Significado da Região Alentejo, em regime de formação presencial. -----

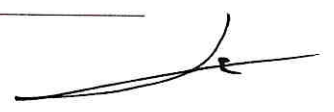
--- CLAÚSULA QUARTA-----

--- (Áreas de Formação) -----

--- A parceria a que respeita o presente Protocolo será desenvolvida de acordo com as possibilidades de cada instituição e efetuada através da realização de cursos de formação, UFCD elou percursos formativos constituídos por conjuntos de UFCD, de acordo com as áreas, resultantes no diagnóstico prospetivo e numa amostra de necessidades de formação junto de entidades empregadoras locais e regionais, elaborado pela Significado para a Região Alentejo, aprovadas em sede de candidatura. -----

--- CLAÚSULA QUINTA (Formandos)-----

--- A seleção e recrutamento dos formandos é da responsabilidade do 2º Outorgante, em estreita colaboração com o 1º Outorgante, quer sejam ativos trabalhadores na sua organização, quer sejam ativos empregados e/ou desempregados de organizações parceiras, de acordo com o diagnóstico efetuado e regras de elegibilidade dos formandos no âmbito da operação, cofinanciada pelo POISE, na qualidade de ativos empregados e desempregados destinatários da formação financiada, enquadrados nos termos previstos no n.º 2 (Objetivos) e no nº 4 (Destinatários) do Aviso N.º 2 POISE-24-2020-08. -----



- CLAÚSULA SEXTA ---
--- (Constituição de turmas) ---
--- 1.A constituição de turmas será feita, em estreita articulação entre o 1º e o 2º Outorgante, de acordo com as regras impostas pela candidatura; ---
--- i. Nº Mínimo de alunos por turma: 15 ii. Nº Máximo de alunos por turma: 30 ---
--- 2. É obrigatório constituir turmas mistas com formandos provenientes da Rede de Cooperação Institucional da Significado da Região Alentejo; ---
--- 3.O número de formandos oriundos de uma mesma organização não pode ultrapassar um máximo de 50% em cada turma (porque não são elegíveis ações de formação dirigidas maioritariamente a ativos empregados de uma mesma organização); ---
--- 4. As UFCDs de nível 4, devem ser frequentadas por formandos ativos empregados, com habilitações iguais ou superiores ao 9º ano (12º ano, cursos profissionais, licenciados, mestres e doutorados) e ativos desempregados, com habilitações iguais ou superiores ao 12º ano (cursos profissionais, licenciados, mestres e doutorados); ---
--- 5.As UFCDs de nível 2, destinam-se prioritariamente a formandos com habilitações inferiores ao 9º ano podendo, no entanto, ser frequentadas por formandos ativos empregados, com o 12º ano, cursos profissionais, licenciados, mestres e doutorados e ativos desempregados, com habilitações iguais ou superiores ao 12º ano (cursos profissionais, licenciados, mestres e doutorados); ---
--- CLAÚSULA SÉTIMA (Formadores) ---
--- A seleção e recrutamento dos formadores é da responsabilidade do 1º Outorgante, Significado, LDA, de acordo com os requisitos exigidos pela DGERT, sendo que os formadores da Significado estão desde o início de abril de 2020 a trabalhar em Live Training tendo sido devidamente preparados tecnologicamente e pedagogicamente acompanhados pela equipa interna da Significado. ---
--- CLAÚSULA OITAVA ---
--- (Calendarização) ---
--- A calendarização da formação é da responsabilidade do 1º Outorgante, Significado, LDA, sempre em consonância com as disponibilidades da Rede de Cooperação Institucional da Significado da Região Alentejo. ---
--- CLAÚSULA NONA ---
--- (Salas) ---
--- 1.A disponibilização de salas para a formação presencial é da responsabilidade do 1º Outorgante, podendo recorrer a salas da Rede de Cooperação Institucional da Significado da Região Alentejo sempre que necessário e acordado previamente. ---
--- 2.Todas as salas de formação presencial disponibilizada pelo 1º e 2º Outorgantes terão de adotar todas as recomendações e as medidas de segurança indicadas a cada momento pela Direção Geral de Saúde: --
--- a. Materiais de desinfeção e proteção individual para formandos e formadores; ---
--- b. Medidas preventivas de mitigação de exposição de formandos e formadores à COVID-19, nomeadamente no que respeita a higienização das instalações e à distância de segurança entre os participantes; ---
--- c. Casos específicos serão resolvidos por acordo entre o 1º e o 2º Outorgante. ---
--- 3. A disponibilização de salas virtuais para a formação a distância, é da responsabilidade do 1º Outorgante, podendo recorrer a salas do 2º Outorgante, sempre que necessário e acordado previamente. ---
--- 4. As salas virtuais para a formação em Live Training serão da responsabilidade do 1º Outorgante, devidamente licenciadas, sendo que, atualmente, estão a ser utilizadas as plataformas Webex Cisco, e Zoom que cumprem as orientações para utilização de tecnologias de suporte ao ensino à distância, tornadas públicas pela CNPD a 8 de abril. ---
--- CLAÚSULA DÉCIMA ---
--- (Materiais de apoio à formação) ---
--- 1.A conceção, preparação, elaboração e disponibilização de materiais digitais de apoio à formação em Live Training, será da total responsabilidade do 1º Outorgante. ---
--- 2.Na formação presencial a conceção, preparação, elaboração e disponibilização de materiais de apoio à formação será da responsabilidade do 1º Outorgante sendo que, a sua reprodução, será da responsabilidade do 2º Outorgante desde que previamente acordado. ---
--- CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA (Equipamentos) ---



- 1. A disponibilização de equipamentos informáticos para os formandos em modalidade de Live Training, nomeadamente, computador, câmara de vídeo, microfone e ligação à Internet, será da responsabilidade do 2º Outorgante. -----
- 2. A disponibilização de equipamentos informáticos para a formação presencial computadores, software, rede internet e projetor multimédia é da responsabilidade do 2º Outorgante podendo o 1º Outorgante colocar na sala do 2º Outorgante, os equipamentos em falta desde que previamente acordado. -----
- 3. Caso haja necessidade de recorrer em formação presencial aos equipamentos informáticos, do 1º Outorgante, o 2º Outorgante, responsabiliza-se pela sua guarda, garantido a respetiva segurança e entrega ao 1º Outorgante, no final da formação, -----
- CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA -----
- (Fichas de inscrição e documentação) -----
- As fichas de inscrição na formação, a preencher pelos formandos ou pelos serviços do 2º Outorgante, serão disponibilizadas pelo 1º Outorgante, ao 2º Outorgante, na plataforma online da Significado, devendo o 2º Outorgante velar pelo correto preenchimento, bem como, pela recolha dos documentos solicitados pelo POISE, sempre respeitando as normas em vigor, nomeadamente: -----
- a. Ficha de Inscrição preenchida e assinada com os dados obrigatórios preenchidos (no ato da formalização da inscrição); -----
- b. Fotocópia ou digitalização ou fotografia de Certificado de Habilitações (no ato da formalização da inscrição); -----
- c. Declaração da entidade patronal ou recibo de vencimento que comprove a situação face ao emprego (no ato da formalização da inscrição); -----
- d. Declaração do IEF/ISS que comprove a situação face ao desemprego, e NIB com titularidade (no ato da formalização da inscrição); -----
- e. Contrato de formação assinado (enviado quando confirmada a presença e participação); -----
- f. Declaração de RGPD assinada (enviado quando confirmada a presença e participação). -----
- CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA -----
- (Recolha e tratamento de dados) -----
- O tratamento dos dados relativos aos formandos para inserção das plataformas (SIGO, SIIFSE) e emissão dos certificados de formação é da total responsabilidade do 1º Outorgante, respeitando a legislação em vigor em matéria de proteção de dados e de acordo com a Política de privacidade da Significado. -----
- CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA -----
- (Elaboração dos DTP's) -----
- A elaboração dos DTP's, será da responsabilidade do 1º Outorgante, em estreita articulação com os dados fornecidos pelo 2º Outorgante relativos aos formandos a ele vinculados (empregados e desempregados). -----
- CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA -----
- (Elaboração e entrega dos certificados de formação) -----
- 1. A elaboração dos certificados de formação, será da responsabilidade do 1º Outorgante, em estreita articulação com os dados fornecidos pelo 2º Outorgante relativos aos formandos a ele vinculados. -----
- 2. A entrega dos Certificados aos formandos será da responsabilidade do 2º Outorgante, que os receberá do 1º Outorgante, após a conclusão do tratamento dos dados relativos aos formandos e sua inserção na plataforma SIGO. -----
- CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA (Avaliação da formação) -----
- A avaliação da formação será da responsabilidade do 1º Outorgante e partilhada no decorrer do plano de formação com o 2º Outorgante. -----
- CLAÚSULA DÉCIMA SETIMA -----
- (Colaboração com Centros Qualifica) -----
- A ligação permanente aos Centros Qualifica será da responsabilidade quer do 2º Outorgante, na receção de inscrições para a formação, quer do 1º Outorgante, no encaminhamento dos formandos pós formação. -----
- CLAÚSULA DÉCIMA OITAVA (Encargos com formandos) -----



--- O pagamento de bolsas ou outros subsídios de apoio aos formandos desempregados ou empregados em regime de formação pós-laboral será da responsabilidade do 12 Outorgante, com base nos documentos recebidos relativos aos formandos.-----

--- CLAÚSULA DÉCIMA NONA -----

--- (Vigência e Denúncia)-----

--- 1.O presente protocolo produz efeitos imediatamente após a assinatura pelos representantes das partes que nele outorgam e vigorará no decorrer do projeto Aviso N.º POISE-24-2020-08. -----

--- 2.Qualquer das partes poderá denunciar o presente Protocolo, caso a outra não cumpra qualquer uma das suas disposições.-----

--- CLAÚSULA VIGÉSIMA-----

--- (Qualidade do processo formativo) -----

--- É da responsabilidade do primeiro Outorgante zelar pela qualidade do processo formativo, quer em modalidade de Live Training, quer presencial, assim como pelo cumprimento dos objetivos formativos. ---

--- CLAÚSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA -----

--- (Disposições finais)-----

--- As omissões ao presente protocolo de cooperação serão oportunamente analisadas e resolvidas pelas partes envolvidas.-----

--- O presente protocolo é feito em duplicado, sendo um exemplar entregue a cada um dos Outorgantes."-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 75/P/2020 foi aprovada por unanimidade.-----

---5- Proposta 76/P/2020 – Ratificação de Decisão – Parecer – Operações de Gestão de Resíduos -----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- "Considerando: -----

--- O pedido de parecer solicitado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) constante de fls. 2 do processo n.º 53/20-DIV e promovido nos termos do disposto no artigo 28.º do D.L. n.º 178/2006, de 5 de setembro, na atual redação, que publica o Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) – ANEXO 1; -----

--- Que este pedido de parecer incide sobre o pedido de licenciamento para operações de gestão de resíduos (OGR) apresentado, junto da CCDR-LVT, pela empresa Ambiauto, Lda. e a desenvolver no seu estabelecimento localizado na EN 1, Km 57, Vale Dorme, Alcoentre; -----

--- Que o pedido de licenciamento para OGR surge na sequência do processo de regularização excecional de atividades económicas constante do D.L. n.º 165/2014, de 5 de novembro (RERAE) apresentado junto da entidade competente e que obteve, em sede de conferência decisória, uma deliberação favorável condicionada tendo, em consequência, esta Câmara Municipal procedido à 3.ª alteração do Plano Diretor Municipal através do Aviso n.º 12697/2019 publicado no Diário da República, 2.ª série, de 8 de agosto de 2019 – ANEXO 2; -----

--- A deliberação da Assembleia Municipal de 9 de dezembro de 2015 que, na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 16 de novembro de 2015, aprovou a Proposta n.º 110/P/2015 e reconheceu o interesse público municipal na regularização e ampliação das instalações da Ambiauto, Lda. no local acima referido – Anexo 3; -----

--- O teor da informação técnica n.º 201/VH/DU/2020 constante de fls. 56 a 57 do processo n.º 53/20-DIV e o Despacho nela exarado pela Chefe da Divisão de Gestão Urbanística em 2 de setembro de 2020 – ANEXO 4; -----

--- Que a competência para a emissão do parecer pertence à Câmara Municipal, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 28.º do RGGR;-----

--- A urgência na emissão deste parecer, e que por meu Despacho datado de 2 de setembro de 2020, devidamente exarado na informação técnica acima referida, decidi emitir o parecer solicitado. -----

--- PROPONHO QUE: -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 28.º do D.L. n.º 178/2006, de 5 de setembro, na atual redação, que publica o Regime Geral de Gestão de Resíduos, a Câmara Municipal delibere ratificar a minha decisão de 2 de setembro de 2020, exarada a fls. 57 do processo n.º 53/20-DIV." -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 76/P/2020 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e duas abstenções (PSD). -----

---6. Proposta Nº24/V-SL/2020 - Alteração do Regulamento das Hortas Sociais -----

--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----



--- “Considerando que: -----
--- pela Proposta n.º 19/V-SL/20120, a Câmara Municipal aprovou, em reunião de 30 de junho, submeter a consulta pública o projeto de alteração do Regulamento de Hortas Sociais, pelo prazo de 30 (trinta) dias;
--- no seguimento da aprovação acima mencionada, foi o projeto de alteração do regulamento submetido a consulta pública, para recolha de sugestões, tendo, para o efeito, sido publicado o competente aviso na 2ª série do Diário da República, bem como publicado no sítio institucional da Câmara Municipal de Azambuja, na Unidade de Atendimento ao Público e nas Juntas de Freguesia do Concelho, não tendo sido apresentados quaisquer contributos e/ou sugestões; -----
--- é competência da Assembleia Municipal, nos termos do disposto do artigo 23.º conjugado com a alínea g do n.º 1 do artigo 25º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os regulamentos do Município com eficácia externa; -----
--- nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta. -----
--- Propõe-se, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 12-A/P/2017 do Senhor Presidente (com alteração datada de 20 de abril de 2018), que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das competências supramencionadas, propor à Assembleia Municipal a aprovação do PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE HORTAS SOCIAIS, que se anexa. -----
--- MUNICÍPIO DE AZAMBUJA -----
--- Projeto de Alteração do Regulamento de Hortas Sociais -----
--- NOTA JUSTIFICATIVA -----
--- O programa de apoio social e agrícola de Azambuja teve um incremento real em 2011, com a criação de novas hortas, contribuindo desse modo para melhorar a condição de vida das famílias nas vertentes da subsistência alimentar saudável e complemento ao rendimento familiar, bem como para reforçar a identidade cultural e territorial e a coesão social tendo-se tornado imprescindível a criação de um Regulamento de Hortas Sociais, publicado em 2012. -----
--- As tarefas de implementação do regulamento, de sensibilização para a nova realidade e de organização mostram-se concluídas, tendo sido dirimidos os aspetos mais controversos como sejam os atinentes às “hortas velhas” (através da introdução de um regime de exceção) e aprovado um conjunto de regras a estabelecer no novo regulamento a aprovar. -----
--- Nesta tarefa de coordenação, também foi conseguida a divisão de algumas hortas maiores em espaços mais pequenos, entregues a novos utilizadores. -----
--- Foram ainda identificados alguns potenciais terrenos para a criação de novas hortas, aguardando-se a alocação dos necessários recursos financeiros para a sua concretização. -----
--- Envolvendo atualmente cerca de noventa agregados familiares, existem ainda munícipes em lista de espera há algum tempo e que têm insistentemente solicitado a atribuição de espaço. -----
--- Impõe-se assim uma atualização e reorientação deste programa, envolvendo os utilizadores na gestão, tido como essencial para o sucesso do programa. -----
--- Reconhecendo o importante papel desempenhado pelas “Hortas Sociais” na dinâmica de vida dos seus destinatários, o decurso do tempo desde a entrada em vigor da sua regulamentação, reclama, no entanto, uma reavaliação do regime implementado, com base na experiência, entretanto, adquirida, a bem da clareza, coerência e praticabilidade das soluções a adotar, e com vista a permitir a maior justiça, racionalidade e equilíbrio na concessão deste tipo de apoios. -----
--- Atendendo à necessidade de reconfiguração do atual modelo implementado, e às exigências decorrentes da legislação aplicável, de acordo com os padrões de validade regulamentar, torna-se necessário proceder à alteração do regulamento existente, adaptando o procedimento às melhores regras procedimentais gerais previstas no Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro. -----
--- Assim, no uso da competência prevista nos artigos 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa, e ao abrigo do disposto nas alíneas k) e ee) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi o presente regulamento aprovado pela Assembleia Municipal de Azambuja, na sua sessão _____, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de _____.

--- CAPÍTULO I -----
--- DISPOSIÇÕES GERAIS -----
--- Lei habilitante -----



--- O presente regulamento é elaborado ao abrigo do nº 8 do artigo 112º e do artigo 241º, ambos da Constituição da República Portuguesa, e nos termos dos artigos nos termos do disposto nas alíneas d), h) e k), do nº 2 do artigo 23º, conjugadas com a alínea g) do nº 1 do artigo 25º e as alíneas k) e u) do nº 1 do artigo 33º, todos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no artigo 20º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e no artigo 8º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro. -----

--- Objeto -----

--- O presente regulamento estabelece as regras de funcionamento das Hortas Sociais de Azambuja, bem como as condições de atribuição de parcelas para o efeito. -----

--- Caracterização e objetivos -----

--- As Hortas Sociais do Concelho de Azambuja consistem em parcelas de terreno, propriedade do Município, ou que lhe sejam cedidas para esse fim, divididas em espaços de utilização individual e cedidas aos interessados para criação de uma horta, mediante o pagamento de taxa prevista para o efeito no Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja. -----

--- As Hortas Sociais de Azambuja têm por objetivos: -----

--- Reforçar o apoio às famílias mais desfavorecidas da comunidade, através da diversificação das fontes de subsistência -----

--- Incentivar e proporcionar a prática da agricultura como atividade de lazer e ao ar livre, sobretudo aos agregados familiares mais carenciados; -----

--- Sensibilizar a população para o aproveitamento racional dos recursos e a prática de formas de agricultura sustentável; -----

--- Valorizar o espírito comunitário na utilização do território e na sua manutenção, permitindo a partilha de experiências entre os vários utilizadores, e a utilização em comum de recursos, ferramentas e materiais, quer seja no seio familiar, entre grupos de amigos, ou entre vizinhos; -----

--- Promover hábitos de alimentação saudável; -----

--- Fortificar o sentimento de pertença e promover a identidade cultural e coletiva da comunidade; ----- Contribuir para a preservação do património fundiário e cultural. -----

--- Definições -----

--- Para efeitos do presente regulamento, entende-se por: -----

--- Agregado familiar — O conjunto de pessoas constituído pelo candidato, pelo cônjuge ou equiparado, pelos ascendentes e descendentes ou afins na linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, bem como pelas pessoas relativamente às quais, por força de lei ou de negócio jurídico haja obrigação de convivência ou de alimentos. -----

--- Áreas comuns — Espaços onde estão localizados os equipamentos de uso comum como abrigo de ferramentas, ponto de água e compostor, partilhados por um grupo de utilizadores, bem como as áreas de passagem que permitam a circulação dos utilizadores e de materiais, equipamentos e/ou máquinas; --

--- Gestores Auxiliares do Programa — Utilizador/Hortelão eleitos pelos pares para auxílio na gestão do programa e atividades das hortas. -----

--- Gestor do Programa — trabalhador do Município responsável pela gestão do espaço e atividades das hortas; -----

--- Horta — Unidade de terreno destinada a cada utilizador ou conjunto de utilizadores, para o desenvolvimento de culturas agrícolas; -----

--- Utilizador/Hortelão — Pessoa singular que utiliza a unidade de terreno para plantação, a título individual ou em conjunto com outros utilizadores, assumindo os deveres e responsabilidades previstos no presente regulamento; -----

--- Talhão — Unidade de terreno demarcada pela Câmara Municipal de Azambuja, compreendendo várias hortas individuais afetas à criação de culturas hortícolas e frutícolas pelos utilizadores, incluindo os espaços destinados a instalação de arrumos, espaços de utilização coletiva, caminhos de acesso, estruturas de vedação e infraestruturas de aproveitamento de água; -----

--- Competência -----

--- Compete à Câmara Municipal de Azambuja, executar e fiscalizar o cumprimento das normas do presente regulamento, devendo as entidades beneficiárias prestar toda a informação solicitada. -----

--- Cabendo ao mesmo órgão municipal a inspeção do espaço agrícola, por forma a comprovar o seu estado de conservação e ordenar as reparações e intervenções que considere necessárias para a reposição das devidas condições. -----

--- Para os efeitos previstos no número anterior, os Utilizadores/Hortelões terão de facultar ao Gestor do Programa e aos Gestores Auxiliares do Programa, no exercício das ações de fiscalização e avaliação a desenvolver em execução do presente Regulamento, o livre acesso aos talhões. -----

--- As competências previstas no presente regulamento são delegáveis no Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação em qualquer dos Vereadores e/ou no Gestor do Programa. ---

--- CAPÍTULO II -----

--- ATRIBUIÇÃO DAS HORTAS -----

--- Destinatários -----

--- Podem candidatar-se à atribuição de uma horta os munícipes, maiores de idade, que sejam residentes no Concelho de Azambuja e que não sejam proprietários, possuidores, detentores, arrendatários, usufrutuários ou que, a qualquer outro título, explorem, com fim agrícola, outros terrenos localizados no concelho de Azambuja. -----

--- A cada utilizador/agregado familiar apenas pode ser atribuído uma horta -----

--- Atribuição das hortas -----

--- As hortas são atribuídas aos interessados que apresentem candidaturas nos termos do artigo 7.º do presente regulamento, com ressalva para o disposto no n.º 10 do presente artigo. -----

--- A atribuição depende da avaliação da situação económica do agregado familiar, baseada no rendimento per capita mensal, de acordo com a seguinte fórmula: -----

$$R = \frac{RF-D}{12 \times N}$$

--- Em que: -----

--- R = Rendimento per capita mensal -----

--- RF = Rendimento anual bruto do agregado familiar -----

--- D = Despesas com empréstimos para habitação ou renda de casa, de saúde, desde que clinicamente comprovadas, e até 30 % das despesas de educação -----

--- N = Número de elementos do agregado familiar. -----

--- As hortas serão entregues de acordo com a disponibilidade de terrenos para o Programa, aos interessados com menores rendimentos. -----

--- Para o cálculo do valor referido no n.º 2, é atribuível o rendimento equivalente a um salário mínimo nacional a cada um dos elementos do agregado familiar que, sendo maior, não apresente outros rendimentos nem faça prova de estar desempregado, incapacitado para o trabalho ou reformado por invalidez ou por decurso da idade. -----

--- Para efeitos de atribuição, por cada período de 3 meses em lista de espera, serão atribuídos 100 pontos a subtrair ao Rendimento (R). -----

--- Em caso de igualdade de rendimentos das candidaturas no processo de atribuição observar-se-á a seguinte ordem de preferência: -----

--- Pessoas ou agregados familiares economicamente carenciados, referenciados pelo serviço de Ação Social da Câmara Municipal, considerados como tal, nos termos do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos; -----

--- Reformados, pensionistas e desempregados, desde que não tenham outros rendimentos além da sua reforma, pensão ou subsídio; -----

--- Maior número de elementos do agregado familiar ou grupo; -----

--- Proximidade entre a residência do interessado e a localização do talhão. -----

--- O disposto nos números anteriores pode ser afastado, mediante parecer dos serviços de Ação Social da Câmara Municipal de Azambuja, fundamentando a necessidade imperiosa de atribuição de horta. -----

--- Não serão aceites as candidaturas que sejam apresentadas por interessados que: -----

--- Não cumpram um dos requisitos definidos no n.º 1 do artigo 5º do presente Regulamento. -----

--- Já tenham uma horta atribuída pelo Município e que pretendam aumentar a sua área de cultivo; -----

--- Integrem o agregado familiar de um outro Utilizador das Hortas Sociais; -----

--- Sejam proprietários, possuidores, detentores, arrendatários, usufrutuários ou que, a qualquer outro título, explorem, com fim agrícola, outros terrenos localizados no concelho de Azambuja. -----

--- Apenas será admitida uma candidatura por Utilizador. -----

--- A Câmara Municipal de Azambuja poderá acordar, designadamente, com as Juntas de Freguesia, a gestão conjunta, de determinadas hortas, através de celebração de protocolos de colaboração. -----

--- Candidaturas -----



- As candidaturas são dirigidas à Câmara Municipal de Azambuja, mediante o preenchimento de um formulário específico com a identificação do candidato e do agregado familiar, incluindo nomes, idades, profissões, residência, contacto e comprovativos de rendimentos e situações laborais.-----
- No caso de o número de candidatos ser superior ao número de hortas disponíveis, é elaborada uma lista de espera, por ordem crescente de rendimentos, através pela qual serão atribuídas as novas hortas à medida que ficarem disponíveis, sendo a referida lista atualizada a cada entrega.-----
- Acordo de utilização-----
- A atribuição das hortas é formalizada mediante celebração de um acordo, no qual são fixadas as condições de utilização, os direitos e deveres do utilizador, e as condições especiais aplicáveis, de acordo com as características dos talhões. -----
- O acordo de utilização terá uma duração de três (3) anos, contados da data da sua assinatura, sendo renovável por sucessivos períodos de um ano, a pedido do utilizador, com a antecedência mínima de trinta (30) dias, salvo se a Câmara Municipal se opuser à sua renovação, no prazo de vinte (20) dias, a contar da receção do pedido de renovação. -----
- A decisão de oposição ou de não oposição à renovação do acordo de utilização terá em consideração a avaliação do projeto efetuada nos termos previsto no artigo 18º do presente regulamento.-----
- O acordo de utilização prevê a renúncia a qualquer tipo de indemnização por quaisquer benfeitorias eventualmente introduzidas nos espaços das hortas. -----
- Caracterização do direito de utilização dos espaços de Hortas-----
- A utilização das hortas confere ao utilizador o direito de o cultivar mediante o pagamento da taxa prevista no respetivo regulamento municipal, e de fazer seus os produtos resultantes da exploração. -----
- O direito previsto no número anterior é de natureza precária, pessoal e intransmissível e não confere qualquer direito de natureza real ou similar sobre a horta ou sobre o prédio onde este se localiza, exceto os casos previstos no número seguinte. -----
- Os utilizadores mais antigos, que constam do anexo A deste regulamento, por serem os fundadores e continuadores do espírito destas hortas, beneficiam da prerrogativa de poderem designar os seus sucessores nas seguintes condições:-----
- Por morte ou incapacidade do utilizador, sendo que em caso de morte são considerados como únicos herdeiros legítimos para adquirir o direito de utilização das hortas o cônjuge ou a pessoa que viva em união de facto com o utilizador à data da sua morte; -----
- Por livre e espontânea vontade do utilizador, desde que a transmissão seja efetuada a favor parentes ou afins na linha reta até ao 2º grau. -----
- É expressamente proibida a transmissão direta a terceiros, salvo com autorização expressa do Município.-----
- O Município reserva o direito de proceder à divisão das hortas transmitidas por esta via, desde que possuam área superior a 350.00 m2. -----
- O utilizador renuncia a qualquer tipo de indemnização por benfeitorias introduzidas no lote atribuído, sem prejuízo de as poder levantar, nos termos do artigo 1273.º do Código Civil. -----
- CAPÍTULO III -----
- CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO-----
- Instalação e desenvolvimento das Hortas -----
- 1. É da responsabilidade da Câmara Municipal de Azambuja: -----
- Entregar as hortas limpas de vegetação e aptas ao cultivo; -----
- Efetuar a demarcação das hortas e criar caminhos de acesso e espaços de utilização coletiva que se mostrem convenientes ao desenvolvimento da atividade; -----
- Promover, divulgar e desenvolver e garantir a qualidade do programa das Hortas Sociais de Azambuja; Financiar apoiando logisticamente, em bens, trabalho de maquinaria e de pessoal nas partes comuns que não sejam da responsabilidade dos utilizadores; -----
- 2. É da responsabilidade dos Utilizadores/Hortelões: -----
- Preparar o terreno e cultivá-lo com espécies hortícolas ou frutícolas adequadas às condições da horta que lhes é atribuída; -----
- Assegurar os recursos hídricos necessários à irrigação da horta; -----
- Realizar todos os trabalhos necessários ao bom desenvolvimento das espécies cultivadas e à sua colheita; -----



--- Zelar pela manutenção das condições de segurança e limpeza das respetivas hortas e da área do talhão que lhe é adjacente. -----

--- Cumprir e executar as medidas determinadas pelo Gestor do Programa. -----

--- Gestão do Programa -----

--- A gestão do programa estará a cargo de um Gestor designado pelo Presidente da Câmara Municipal ou por Vereador com competência delegada. -----

--- O Gestor designado será coadjuvado pelos Gestores Auxiliares que forem eleitos nos termos previstos nos números seguintes.

Os Gestores Auxiliares são os representantes dos utilizadores, cuja eleição será efetuada até ao dia 15 de janeiro de cada início do triénio, em reunião convocada para o efeito pelo Gestor do Programa: -----

--- Serão eleitos para membros efetivos os dois (2) utilizadores com mais votos expressos. -----

--- Serão eleitos membros suplentes, para substituição dos efetivos, os dois (2) utilizadores seguintes mais votados. -----

--- Para desempate o critério será em primeiro lugar, o de um utilizador por talhão, seguido o da antiguidade no Programa. -----

--- Funções -----

--- Ao Presidente da Câmara ou Vereador com competência delegada caberá: -----

--- A supervisão do Programa; -----

--- Nomear, destituir e substituir o Gestor do Programa; -----

--- Dar posse aos elementos da Gestão do Programa das Hortas Sociais de Azambuja; -----

--- Assegurar junto da Câmara Municipal as verbas e apoios à persecução dos objetivos do Programa; -----

--- Participar nas reuniões e auxiliar na definição os objetivos gerais do Programa. -----

--- Ao Gestor do Programa cabe: -----

--- Assegurar o normal funcionamento do Programa das Hortas Sociais de Azambuja e zelar pela sua qualidade e continuidade; -----

--- Promover a eleição dos Gestores Auxiliares no Programa; -----

--- Assegurar a ligação entre todos os envolvidos no Programa; -----

--- Elaborar e submeter à aprovação dos órgãos competentes das propostas de organização ou de alteração de planos de desenvolvimento das Hortas Sociais, os quais devem incluir os objetivos e os contributos dos envolvidos; -----

--- Solicitar e executar, em cada ano, a avaliação das hortas, garantindo que se fazem nos prazos estipulados e de acordo com as regras em vigor; -----

--- Publicar os resultados das avaliações nos termos e prazos estipulados; -----

--- Elaborar e manter atualizadas as fichas de cada horta; -----

--- Acompanhar a realização de inquéritos pedagógicos aos utilizadores, analisar os resultados e promover a sua divulgação; -----

--- Elaborar e submeter à Câmara, de três em três anos, um relatório com os objetivos do Programa para o triénio seguinte; -----

--- Elaborar e submeter à Câmara, anualmente, um relatório sobre o funcionamento do Programa que deverá obrigatoriamente conter a justificação para qualquer desvio face aos objetivos estipulados; -----

--- Atribuir e retirar as hortas; -----

---n Convocar e presidir às reuniões do Programa; -----

--- Promover a regular auscultação dos utilizadores e de entidades envolvidas no Programa. -----

--- Aos Gestores Auxiliares cabe: -----

--- Fazer a ligação entre todos os Utilizadores/Hortelões e a Gestão do Programa; -----

--- Participar nas reuniões; -----

--- Contribuir para a definição dos critérios de avaliação trianuais; -----

--- Realizar e apresentar os resultados das avaliações dos espaços, excetuando a da sua horta, ao Gestor do Programa; -----

--- Dinamizar e promover o Programa das Hortas Sociais de Azambuja. -----

--- Deveres dos utilizadores Constituem deveres dos utilizadores: -----

---1. Respeitar as condições de utilização fixadas no presente regulamento e no Acordo de Utilização; -----

--- Ser cordial e usar de urbanidade no trato com os demais utilizadores do talhão; -----

--- Respeitar a divisão dos espaços de hortas nos talhões; -----

--- Não obstruir os caminhos de circulação; -----



- Manter limpos e em boas condições os espaços de utilização coletiva, designadamente os adjacentes à horta atribuída;-----
- Abster-se de comportamentos que prejudiquem a atividade dos demais utilizadores, designadamente no desenvolvimento das suas culturas e no aproveitamento dos recursos necessários à manutenção da horta;-----
- Justificar perante o Gestor do Programa a não plantação ou desleixo quando superior a 2 meses; -----
- Assegurar a plantação e a continuidade de produção da horta, promovendo a renovação de culturas no fim de cada ciclo produtivo;-----
- Realizar uma utilização eficiente do espaço que lhe é atribuído e dos recursos à sua disposição;-----
- Fazer uso de práticas agrícolas sustentáveis e de menor impacto possível para o meio -----
- Ambiente;-----
- Promover a gestão dos resíduos orgânicos da exploração, através da sua reciclagem e reutilização, designadamente através da compostagem e da incorporação no solo; -----
- Promover a recolha e eliminação dos resíduos inorgânicos associados à exploração para os locais corretos;-----
- Assumir total responsabilidade sobre acidentes pessoais ou provocados a terceiros, no âmbito da utilização das hortas urbanas; -----
- Recorrer ao Gestor do Programa sempre que entenda ou por existir incumprimento ao presente Regulamento. -----
- Práticas proibidas -----
- Os espaços atribuídos destinam-se exclusivamente à exploração agrícola, sendo proibida a sua utilização para quaisquer outros fins. -----
- É expressamente proibido: -----
- plantar árvores ou plantas invasoras, de acordo com o estatuído na legislação em vigor;-----
- plantar árvores ou arbustos que possam afetar áreas comuns ou áreas de parcelas vizinhas; -----
- cultivar espécies vegetais legalmente proibidas; -----
- o desenvolvimento de atividade pecuária-----
- Não é permitida a existência de mais de 4 animais canídeos ou gatídeos por horta. -----
- Estruturas de apoio-----
- É proibida a realização de quaisquer obras de construção e a instalação de estruturas de apoio à exploração, ainda que precárias, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.-----
- Os utilizadores poderão proceder à vedação das respetivas hortas com rede do tipo ovelheira e prumos, preferencialmente de madeira, sendo ainda admitida a utilização de outro tipo de material para o efeito desde que seja facilmente amovível e sem fixação ao solo por outros meios artificiais. -----
- A vedação referida no número anterior não pode ter altura superior a 1,80 m. -----
- Por cada horta é permitida a instalação de um único abrigo amovível para arrumos de ferramentas, desde que de área não superior a 10m² e de altura inferior a 2,40 m. -----
- É admitida a instalação de sistemas de irrigação gota-a-gota ou por aspersão e de depósitos de água associados, desde que inseridos no perímetro do respetivo lote. -----
- As infraestruturas referidas nos números anteriores podem, em alternativa, ser instaladas em espaço de utilização coletiva, desde que se destinem a ser utilizadas por todos os utilizadores do talhão, cabendo a estes a responsabilidade da sua criação e manutenção, mediante autorização do Gestor do Programa. É ainda admitida a instalação de estufas em cada espaço. -----
- Aproveitamento dos produtos-----
- 1. Os produtos cultivados nas hortas destinam-se exclusivamente ao consumo dos seus utilizadores.--
- 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Câmara Municipal de Azambuja pode quando achar conveniente, promover a realização de feiras de produtos hortícolas e frutícolas resultantes das hortas, permitindo aos utilizadores vender aí os seus excedentes. -----
- Avaliação e Critérios-----
- A utilização das hortas está sujeita a avaliação periódica, de acordo com os objetivos do programa e de modo a verificar o cumprimento pelos utilizadores do disposto no presente regulamento. -----



--- A avaliação decorrerá em dois períodos anuais a definir pelo Gestor do Programa e será efetuada, em separado, pelo Gestor do Programa e pelos Gestores Auxiliares. -----

--- A avaliação terá em conta os seguintes critérios gerais que serão objeto de especificação, em conjunto pelo Gestor do Programa e pelos Gestores Auxiliares, em ficha própria, da qual será dado conhecimento aos utilizadores e válidos por cada triénio: -----

--- Apresentação geral -----

--- Cuidado com as partes comuns -----

--- Técnicas e práticas agrícolas -----

--- Variedade de produtos hortícolas -----

--- Aproveitamento racional dos recursos hídricos -----

--- Reciclagem de resíduos -----

--- Construções de apoio -----

--- Os relatórios elaborados serão objeto de análise conjunta do Gestor do Programa e Gestores Auxiliares, sendo atribuída a cada uma das Hortas uma nota final, resultante da média aritmética das notas atribuídas por cada uma destas entidades. -----

--- Capítulo IV -----

--- Incumprimento e Cessação do Acordo de Utilização -----

--- Incumprimento

--- 1. O incumprimento pelo utilizador do disposto neste Regulamento, pode levar à rescisão unilateral da utilização da horta, por parte do Município de Azambuja, sem que o faltoso tenha direito a qualquer indemnização. -----

--- 2. Nos casos previstos no número anterior, o utilizador é responsável pelo pagamento ao Município de Azambuja de uma indemnização, no valor dos eventuais danos provocados, com vista à devida reposição do estado das infraestruturas e equipamentos, incluindo eventuais custos com a limpeza da parcela respetiva. -----

--- Cessação da utilização -----

--- 1. Não é permitido aos utilizadores das Hortas Sociais a adoção dos procedimentos que possam colocar em causa o seu regular funcionamento, sob pena de não renovação ou resolução do acordo de utilização, designadamente: -----

--- Se o utilizador não der início à plantação nos 30 dias seguintes à atribuição do direito; -----

--- Se o utilizador abandonar o lote, considerando-se para o efeito a ausência não justificada injustificada por período superior a dois meses; -----

--- Se não respeitar algum dos deveres enunciados no artigo 13º ou cometer práticas proibidas como as previstas no artigo 14º do presente Regulamento; -----

--- Se em geral se puder considerar que o utilizador não cumpriu os objetivos do programa ou violou qualquer disposição do presente regulamento; -----

--- Falta de pagamento das taxas devidas pela utilização; -----

--- Construir edificações ou instalar infraestruturas de apoio em desacordo com o disposto no presente regulamento; -----

--- Danificar ou modificar as instalações criadas pela Câmara Municipal. -----

--- 2. Nas situações referidas no número anterior o candidato poderá ser substituído pelo que se encontre imediatamente a seguir na lista ordenada. -----

--- 3. Os utilizadores não cumpridores ficarão impossibilitados de se candidatar a apoios no âmbito do presente regulamento, pelo tempo que for definido em deliberação a tomar pela Câmara Municipal de Azambuja. -----

--- 4. O Município salvaguarda a hipótese de resolver o acordo de utilização, em razão do interesse público, devendo nesse caso informar o utilizador com a antecedência mínima de sessenta dias. -----

--- Restituição do lote -----

--- Finda a utilização por desistência do utilizador ou por qualquer das causas previstas no artigo anterior, o utilizador é obrigado a restituir o espaço de horta nas condições em que o encontrou, livre e desimpedido de quaisquer culturas ou materiais. -----



- CAPÍTULO V ---
- DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS ---
- Responsabilidade ---
- A Câmara Municipal de Azambuja não será responsabilizada por quaisquer acidentes pessoais ou provocados a terceiros, prejuízos ou danos sofridos pelos utilizadores, independentemente das causas, sejam furto, roubo, ato de vandalismo, intempérie, avaria do sistema de rega ou outras, que ocorram nas hortas do Município. ---
- Isenção ---
- Os utilizadores que, há data da entrada em vigor do presente regulamento, já estejam integrados no programa das hortas, com contratos de utilização em vigor, ficam isentos do pagamento da taxa referida no n.º 1 do artigo 3º do presente Regulamento, pelo período de cinco anos contados da data de entrada em vigor do Regulamento. ---
- Regime Transitório ---
- Nas hortas de génese espontânea que, à data da entrada em vigor do presente regulamento, estejam instaladas, sem a devida autorização, em terrenos municipais ou sob a gestão da Câmara Municipal de Azambuja, devem os seus utilizadores, respeitar os princípios e o teor do Regulamento em apreço, mediante a apresentação de requerimento, para a sua integração no Programa das Hortas Sociais, no prazo de 30 dias úteis a contar da data da vigência deste Regulamento. ---
- Prazos ---
- Os prazos estabelecidos no presente Regulamento contam-se de acordo com as regras previstas no artigo 87º do Código do Procedimento Administrativo. ---
- Dúvidas e casos omissos ---
- Sem prejuízo da legislação aplicável, as dúvidas, casos omissos e interpretação do presente Regulamento e da declaração de utilização são devidamente resolvidas, por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Azambuja. ---
- Revogação ---
- Com a entrada em vigor do presente Regulamento é revogado o Regulamento de Hortas Sociais, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de Azambuja de 15 de dezembro de 2011. ---
- Entrada em vigor ---
- O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação pela forma legalmente prevista. ---
- Uma vez posta a votação a Proposta 24/V-SL/2020 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e duas abstenções (PSD). ---
- 7. Proposta Nº 46/V-SV/2020 - Alteração do Quadro de Pessoal ---
- A Proposta 46/V-SV/2020 foi retirada. ---
- 8. Proposta Nº 47/V-SV/2020 - Fixação de Mensalidade da Creche Municipal de Manique do Intendente ---
- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ---
- "Considerando que: ---
- a nova realidade económica e social do país obriga a que as instituições com responsabilidades sociais como é o caso dos municípios procedam à adaptação dos serviços que prestam aos munícipes. ---
- as creches assumem um papel determinante para a efetiva conciliação entre a vida familiar e profissional, proporcionando à criança um espaço de socialização e de desenvolvimento integral, com base num projeto pedagógico adequado à sua idade e potenciador do seu desenvolvimento integral, mas sempre no respeito pela sua singularidade. ---
- as creches são, nos dias de hoje, consideradas um recurso essencial da comunidade, atuando ao serviço da família e representando uma resposta educativa muito além da simples substituição desta. ---
- a creche hoje, além de uma necessidade, é um direito de toda e qualquer criança, independente da classe social, gênero, cor ou sexo. ---
- a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), tendo como finalidade o desenvolvimento integral de crianças dos zero aos seis anos de idade, em creches e pré-escolas, compreendendo os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais. ---
- o Regulamento da Creche Municipal do Alto Concelho em Manique do Intendente, aprovado pela Assembleia Municipal de Azambuja, no uso das competências que lhe são atribuídas pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua sessão ordinária realizada no dia

28 de fevereiro de 2019, na sequência de proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Azambuja, de 15 de janeiro de 2019, é omissa na fixação de valores de mensalidade máximos e mínimos.-----

--- o artigo 43º deste Regulamento prevê que os casos omissos sejam objeto de deliberação da Câmara Municipal. -----

--- Nos termos do disposto no n.º 9 do art.º 11 do Regulamento da Creche Municipal de Manique do Intendente, a Câmara fixa, anualmente, o valor da propina de matrícula para pagamento do seguro escolar e despesas processuais. -----

--- o artigo 2º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, que estabelece um regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, veio determinar que “em situações excecionais devidamente fundamentadas e diretamente relacionadas com as medidas de combate à pandemia da doença COVID-19”, o reconhecimento do direito de isenções totais ou parciais de impostos e tributos próprios dos Municípios (com exceção dos impostos previstos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual) é da competência da câmara municipal, sem necessidade de prévia aprovação de regulamento pela assembleia municipal, desde que a isenção, total ou parcial, não tenha ter duração superior ao termo do ano civil em curso. -----

--- nos termos do disposto no n.º 3 do citado preceito legal, “As isenções concedidas ao abrigo do n.º 1 devem ser comunicadas ao órgão deliberativo, por meio eletrónico, no prazo de 48 horas sobre a sua prática”. -----

--- PROPONHO, no uso da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 12-A/P/2017, do Presidente da Câmara, que a Câmara Municipal de Azambuja delibere:-----

--- a aprovação da fixação para o ano letivo 2020/2021, do valor máximo e mínimo da mensalidade da Creche Municipal de Manique do Intendente em 200 € (duzentos euros) e 25 € (vinte e cinco euros) respetivamente; -----

--- a isenção do pagamento da propina de matrícula para o ano letivo 2020/2021.” -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 47/V-SV/2020 foi aprovada com seis votos a favor (PS, CDU e Sra. Vereadora Maria João Canilho do PSD) e uma abstenção (Sr. Vereador Rui Corça do PSD), com as alterações introduzidas, já espelhadas no documento supratranscrito. -----

--- 9 – INFORMAÇÕES-----

--- 9.1 - Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira -----

--- 9.1.1-Contabilidade: -----

--- Resumo da Execução Orçamental – Período de 1/1/ 2020 a 31/8/2020. -----

--- Mapa de fundos Disponíveis. -----

--- INF. 15/P/2020 - Modificações ao Orçamento. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- 9.1.2- Aprovisionamento, Período de 19 a 31/8/2020. -----

--- Adjudicações de Bens e Serviços ao abrigo da Proposta 97/P/2019 -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- 9.2 – Divisão de Urbanismo -----

--- Despachos do mês de julho -----

--- Despachos do mês de agosto -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Para conhecimento geral se publica este Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume. -----

Azambuja 10 de setembro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Azambuja

Luís Manuel Abreu de Sousa